

JUDICIÁRIO

Lula indica mulher para o STM no 8/3

Após demitir terceira ministra, presidente escolhe advogada para corte militar

» ISRAEL MEDEIROS

No Dia Internacional da Mulher, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva repetiu o que fez na mesma data em 2007 e indicou uma mulher para o cargo de ministra do Superior Tribunal Militar (STM): a advogada Verônica Abdalla Sterman. Em mais de 200 anos de existência, Verônica será apenas a segunda mulher a ocupar o cargo, caso seu nome seja aprovado pelo Senado Federal. A primeira, a ministra Maria Elizabeth Rocha, também fará história ao ocupar um cargo nunca antes ocupado por uma mulher: assumirá, na quarta-feira, a presidência do tribunal. (ver entrevista nas páginas 2 e 3)

O STM é responsável por processar e julgar crimes militares. Ao todo, são 15 ministros, sendo 10 militares e cinco civis. “Tenho certeza de que você e Maria Elizabeth vão mudar a história do STM para melhor. O STM tem a compreensão do que é crime militar e o que é crime comum. Eu acho que vai ser bom para a sociedade brasileira, vai ser bom para o STM e vai ser bom para as mulheres”, disse o petista em um vídeo compartilhado em suas redes sociais.

O presidente fez questão de relembrar que a indicação de Maria Elizabeth também se deu em um 8 de março. Na semana passada, a futura presidente havia feito um apelo público a Lula para que indicasse novamente uma mulher ao cargo. “Eu estou aqui pedindo, clamando ao presidente, que indique uma mulher, para que eu tenha uma companheira ao meu lado que possa, junto comigo, defender as questões de gênero”, disse Maria Elizabeth à CNN em 1º de março. Ela detalhou, na ocasião, que, por ser a única mulher na corte, não é ouvida por seus colegas em diversos momentos.

Lula não mencionou o apelo da ministra ao indicar Verônica ontem. “A ministra que vai assumir a presidência agora, na próxima quarta-feira, foi a primeira mulher desde 1808 — indicada por mim no dia 8 de março de 2007. E você, Verônica, será a segunda mulher indicada para o Superior Tribunal Militar exatamente no dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, de 2025”, afirmou.

Ricardo Stuckert/PR



Caso passe pelo Senado, Verônica será a 2ª mulher na Corte desde 1808; a 1ª também foi indicada pelo petista

» Quem é Verônica Abdalla Sterman

Graduada pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo, é especialista em direito penal e direito econômico. Tem especialização em direito penal econômico pela Fundação Getúlio Vargas e uma pós-graduação pelo Instituto Brasileiro de Ciências Criminais. Tem mestrado em direito processual pela Universidade de São Paulo (USP), já foi assessora e relatora do Tribunal de Ética e Disciplina da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-SP) de SP. Verônica também foi fundadora do escritório Abdalla Sterman Sociedade de Advogados, do qual ainda é sócia-administradora, segundo dados da Receita.

Ele estava acompanhado da primeira-dama, Janja, e da deputada federal Gleisi Hoffmann (PT-PR), que assume amanhã a Secretaria de Relações Institucionais (SRI) do governo, responsável pela articulação política com os demais Poderes. O presidente disse que será preciso que Verônica “visite o Senado” e converse com cada senador. Também disse ter certeza de que Gleisi vai ajudar a indicada a conseguir a aprovação dos congressistas. “A cada dia que passa nós vamos mostrar que as mulheres têm que estar onde elas quiserem, como elas quiserem, porque elas não têm que se submeter a ninguém.”

Embora tenha prometido,

durante a campanha eleitoral, que trabalharia para dar mais espaço às mulheres no seu governo, as demais indicações de Lula para altos cargos no Judiciário ou com influência nele priorizaram homens. Foi assim com Cristiano Zanin e Flávio Dino, ambos para o STF, embora ele tenha sofrido pressões de aliados para indicar uma mulher. Para a Procuradoria-Geral da República, o chefe do Executivo também preferiu um homem: Paulo Gonet.

Quando o assunto são os ministérios da Esplanada de Lula, o que se observou foi uma tendência de substituir mulheres por homens nas ocasiões em que o presidente foi pressionado a fazer trocas por motivos políticos.

O governo começou com 11 ministras, do total de 37 pastas (ou seja, 29,5% do total). Lula demitiu Ana Moser (Esporte) e Daniela do Waguinho (Turismo) e colocou dois homens do Centro em seu lugar: André Fufuca (PP-MA) e Celso Sabino (União Brasil-PA). No caso de Daniela do Waguinho, a então ministra chegou a passar por um processo de fritura na imprensa por indícios de ligações com milicianos no Rio de Janeiro, mas o presidente a manteve no cargo. Foi só quando o União Brasil, partido de Daniela, pediu sua substituição em troca de maior apoio no Congresso, que o petista bateu o martelo.

Já no último mês, Lula demitiu Nísia Trindade (Saúde) e convocou o então ministro da SRI, Alexandre Padilha, para ficar em seu lugar. Com a chegada de Gleisi Hoffmann à SRI, no entanto, esta será a primeira vez no governo Lula 3 em que um homem dá lugar a uma mulher no primeiro escalão do governo. Serão, ao todo, nove mulheres ministras, se a atual configuração for mantida, já que ainda não se sabe a extensão da reforma ministerial do presidente.

STF: deputados do PL serão réus

A Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria ontem para tornar réus dois deputados e um suplente do PL por participarem de um esquema de desvio de emendas parlamentares em 2020. São eles Josimar Maranhãozinho (PL-MA), Pastor Gil (PL-MA) e o agora suplente Bosco Costa (PL-SE). Eles foram denunciados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) no início de fevereiro. Segundo a denúncia, o trio teria comercializado ao menos R\$ 7 milhões em emendas.

Segundo a investigação da Polícia Federal que embasou a denúncia, o deputado Josimar Maranhãozinho foi apontado como o líder do esquema, que contava até com homens armados que ameaçavam prefeitos. O objetivo era conseguir a devolução de parte dos recursos. O caso que está no centro do processo é um pedido de propina de R\$ 1,66 milhão para destinar R\$ 6 milhões ao município de São José de Ribamar (MA).

Entre as provas estão conversas de WhatsApp dos deputados com outros participantes do esquema, depoimentos testemunhais e documentos apreendidos pela PF. Nas conversas, os investigados definiam quais municípios seriam priorizados e combinavam a devolução dos valores.



Há consideráveis indícios de autoria e materialidade quanto à prática do crime de corrupção passiva”

Cristiano Zanin, ministro do STF

O ministro relator do caso, Cristiano Zanin, já havia votado no dia 28 para tornar réus os deputados. Foi seguido pelos ministros Alexandre de Moraes e Cármen Lúcia. Os ministros Flávio Dino e Luiz Fux, que também integram o grupo, precisam apresentar seus votos até o encerramento do plenário virtual, em 11 de março.

Segundo Zanin, “há consideráveis indícios de autoria e materialidade quanto à prática do crime de corrupção passiva”. Em seu voto, também disse que as investigações evidenciaram “a obtenção de vantagem indevida a partir da negociação de emendas parlamentares”. O ministro também confirmou que há provas que apontam para o crime de

organização criminosa.

O ministro Alexandre de Moraes, que votou em seguida, disse que é possível afirmar, com base nas provas, que os deputados atuavam de forma “estruturada, ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas” para cometer crime de corrupção passiva.

“Tais circunstâncias, em tese e nesse juízo de cognição sumária, reforçam os indícios de que os denunciados referidos estariam unidos de forma estruturada, ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com o objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de crimes”, escreveu Moraes.

O **Correio** entrou em contato com o PL, mas não houve resposta até o fechamento desta edição. O deputado Bosco Costa nega ter sido autor de qualquer emenda parlamentar a São José do Ribamar e argumenta que não há provas de que ele tenha recebido propina. Já o deputado Josimar Maranhãozinho não comentou o assunto publicamente, mas publicou em suas redes sociais, ontem, um vídeo comemorativo de Dia da Mulher. O deputado Pastor Gil também fez uma única publicação ontem, sobre o mesmo tema. (IM)

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Kleber



Sarney governou com greves e hiperinflação, mas nos legou a democracia

O ex-presidente José Sarney, prestes a completar 95 anos, teve um papel decisivo na democratização do país, ao convocar a Constituição de 1987 e trabalhar para que a transição política ao Estado Democrático de Direito chegasse a bom termo. Não foram poucos os desafios que enfrentou na Presidência, após a internação de Tancredo Neves, na véspera de sua posse. Vice, assumiu a Presidência em 15 de março de 1985.

No próximo sábado, Sarney será homenageado pela Fundação Astrojildo Pereira e o Cidadania, ao lado de alguns deputados constituintes, entre os quais Aécio Neves (PSDB) e Roberto Freire (Cidadania), durante seminário no Panteão da Pátria, na Praça dos Três Poderes, promovido pela Fundação Astrojildo Pereira (FAP) e o Cidadania. Segundo Comte Bittencourt, presidente do partido, “o objetivo é resgatar o papel histórico de Sarney e fazer um balanço dos 40 anos de redemocratização do país, suas conquistas, dívidas e desafios”. O **Correio Braziliense** apoia a iniciativa.

Participarão dos debates a presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministra do Cármen Lúcia, o ex-ministro do STF Nelson Jobim, o ex-ministro da Fazenda Rubens Ricupero, o ex-governador do DF Cristovam Buarque, o ex-ministro da Defesa Raul Jungmann, o ex-presidente uruguaio Júlio Maria Sanguinetti e o cientista político norte-americano Mark Lila, autor de *O progressista de ontem e o de amanhã*, ao lado de outras autoridades, personalidades políticas e intelectuais.

Dois coisas hoje impressionam os interlocutores de Sarney: a lucidez política, seja ao analisar os fatos ocorridos durante seu mandato, seja a conjuntura política atual, e o seu otimismo em relação ao Brasil, sem perspectiva imediatista, com uma visão de longo prazo. Pensar estrategicamente na sua idade é algo notável, sobretudo quando as principais lideranças políticas do país são prisioneiras do imediatismo ou, o que é muito pior, do passado.

Sarney avalia que o principal legado do seu governo é a Constituição de 1988, porque as instituições brasileiras demonstraram resiliência ao superar crises políticas e tentativas de ruptura institucional. O ex-presidente critica a facilidade e excesso de emendas à Constituição e destaca a necessidade de uma reforma político-eleitoral que fortaleça os partidos e reforce as bases da democracia no Brasil.

O Brasil deve muito ao presidente Sarney (1985-1990), que enfrentou um período marcado por forte instabilidade econômica e ampla mobilização social, com firme convicção democrática. Foram 8.790 greves que ocorreram em seu governo, que refletiram, ao mesmo tempo, o ambiente de liberdade e a insatisfação dos trabalhadores com perdas salariais e a deterioração das condições de vida. As mais importantes foram as greves gerais de 12 de dezembro de 1986 e de julho de 1987, organizadas pela CUT (Central Única dos Trabalhadores), reivindicando melhores salários, congelamento de preços e contra as políticas econômicas do Plano Cruzado e Plano Bresser.

Constituinte de 1987

O momento mais crítico do governo foi durante a greve dos metalúrgicos da Companhia Siderúrgica Nacional de novembro de 1988. A Justiça concedeu reintegração de posse à empresa e convocou o Exército para reprimir os operários, que invadiram a fábrica para retomá-la no dia 9 de novembro. Durante confronto com grevistas, três operários foram mortos: Carlos Augusto Barroso (19 anos), Walmir Freitas Monteiro (27 anos) e William Fernandes Leite (22 anos).

Tendo que administrar disputas políticas no Congresso e conviver com uma oposição mobilizada nas ruas, Sarney fez várias tentativas de estabilização da economia. O Plano Cruzado (1986) congelou preços, mudou a moeda de Cruzeiro para Cruzado e adotou um gatilho salarial (reajuste automático de salários quando a inflação atingisse 20%). No primeiro momento, reduziu a inflação, o que lhe garantiu grade apoio popular e teve notável impacto nas eleições de 1986.

O plano teve mais sucesso político do que econômico: o PMDB elegeu 22 dos 23 governadores (exceto Rio de Janeiro), 49 senadores, 487 deputados federais e 953 deputados estaduais. Isso possibilitou a eleição de uma Assembleia Nacional Constituinte na qual o governo tinha ampla maioria e a disputa era entre o MDB e o antigo Centro, uma aliança do PFL (hoje União Brasil) com o PSD (atual PP). De orientação nacional-desenvolvimentista, o Cruzado fracassou devido ao desabastecimento, ao mercado paralelo e à explosão da inflação reprimida.

A segunda tentativa foi o Plano Bresser (1987), cujo objetivo era aperfeiçoar o Plano Cruzado. Após breve redução da inflação, a hiperinflação voltou. Marcado pelo ceticismo, o Plano Verão (1989) foi mais um fracasso, às vésperas das eleições presidenciais de 1989. Houve nova troca de moeda, do Cruzado para o Cruzado Novo, congelamento de preços e salários e juros elevados para tentar conter o consumo e controlar a inflação. Esse ambiente favoreceu os principais candidatos de oposição: Collor de Mello (PRN), que venceu as eleições no segundo turno, contra Luiz Inácio Lula da Silva (PT). Leonel Brizola (PDT) ficou em terceiro lugar no primeiro turno. Sarney legou aos seus sucessores um regime político democrático.